



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;

e

- _____, Encarregado de Educação de _____, portador do nº _____ de Identificação Civil, emitido a ____/____/____, residente em _____ como Segundo Outorgante.

Celebram e reciprocamente aceitam o presente contrato que regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da ☐ **Resposta Social de Creche - Sede, sita na Avenida Zeca Afonso, Urbanização dos Mochos, 2955-220 Pinhal Novo**, ou ☐ **Resposta Social de Creche – Vila Bela, sita na Rua Manuel Veríssimo da Silva, Lote 5-95, Urbanização Vila Bela, 2955-050 Pinhal Novo**, tal como previsto no ponto n.º 6 do Regulamento Interno da Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

(Assinalar no quadrado a morada correspondente)

1. A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de admissão previstas no Regulamento Interno da Creche no ponto nº 5, relativo à Admissão, Condições de Admissão, Critérios de Admissão, Abertura de Novas Salas, Período de Admissão, Pagamentos no Ato da Admissão, Documentos a Entregar no Ato da Admissão e Entrevista de Diagnose, e despacho favorável de entrada, emitido pelo Conselho de Administração ou por quem for delegada essa competência e assinatura do presente contrato pelas partes.

2. O presente contrato contempla ainda o cumprimento do disposto no ponto nº 3 do Regulamento Interno, relativo aos **Direitos e Deveres**, tanto da Instituição, como da Criança, como dos Encarregados de Educação, Pessoal Docente e Auxiliar.

3. O valor da mensalidade é calculado de acordo com a metodologia e o preceituado no ponto nº 1 e nº 2 do Anexo I ao Regulamento Interno e de acordo com a documentação apresentada pelo(s) Encarregado(s) de Educação, comprovativa dos rendimentos do Agregado Familiar.

4. Após receção da documentação necessária para o cálculo da mensalidade, e a anuência do Encarregado de Educação relativamente à Comparticipação Familiar Mensal e da confirmação da existência de vaga, é marcada a **Avaliação de Diagnose**, na qual constarão todos os dados e informações relativos ao desenvolvimento da criança, seus hábitos, cuidados especiais e contatos de emergência. As informações contidas nessa ficha farão parte integrante do processo individual da criança.

5. A **Comparticipação Familiar Mensal** deverá ser paga até ao dia 10 do mês a que se reporta. Os pagamentos poderão ser efetuados em numerário ou Multibanco, no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado. Também poderão ser feitos por transferência bancária, até ao dia 8 de cada mês, com posterior envio, por e-mail ou fax, do comprovativo da transferência até ao dia 10. Neste caso, deverão os encarregados de educação levantar o respectivo recibo no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado.

6. Os pagamentos efetuados após o dia 10 de cada mês, estarão sujeitos a um agravamento de 20%. Nos casos em que o atraso do pagamento seja superior a um mês, sem que seja apresentada uma justificação à Administração da Fundação, que seja aceite por esta, será suspensa a prestação de serviços, bem como a frequência da Resposta Social contratada.

7. Ao longo do ano serão cobradas 12 mensalidades, sem prejuízo do período de encerramento anual da Resposta Social, previsto em Regulamento Interno, cujas datas são divulgadas no início do mês de Setembro. O pagamento do mês de Agosto será fraccionado, nos termos previstos no ponto nº 13 do Regulamento Interno.

8. O **Horário da Creche** está compreendido entre as 07H00 e as 18H00. Haverá lugar a um prolongamento até às 19H30 apenas destinado aos pais cujos afazeres profissionais não permitam recolher as crianças até às 18H00. Para tal deverão apresentar comprovativo de horário de ambos os pais. A permanência após as 18H00 implica o pagamento mensal obrigatório relativo ao suplemento alimentar que será servido após esse horário, nos termos do ponto nº 8 da alínea g) do Regulamento Interno.

9. Estão incluídos na mensalidade os seguintes serviços:

- a. Alimentação – exclui-se o Pequeno Almoço e alimentos especiais, como antialergénicos e outros que não façam parte das ementas regulares da Resposta Social;
- b. Iniciação à Música e Movimento para maiores de 12 meses;
- c. Apoio Psicológico, caso se justifique;
- d. Materiais utilizados nas atividades;
- e. Poderão ser desenvolvidas atividades complementares, cujos custos serão cobrados à parte (passeios, praia ou outras).



10. Motivos para a **suspensão ou rescisão** do presente contrato, desde que seja cumprido o ponto 12.:

- a. Não adaptação comprovada da criança;
- b. Insatisfação das necessidades das crianças e suas famílias, por incumprimento do contratualizado, devidamente justificado;
- c. Mudança de residência;
- d. Mudança de resposta social, dentro da instituição;
- e. Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual.

11. Este contrato será válido até 31 de Agosto do presente ano, sendo automaticamente renovado aquando da renovação anual de frequência, para a Resposta Social de Creche, efetivada nos termos do Regulamento Interno em vigor no ato da renovação.

12. Em caso de **desistência/ interrupção** a mesma deverá ser comunicada, em impresso próprio, o motivo, no Gabinete de Apoio Geral, até ao dia 15 do mês anterior. Se tal procedimento não for respeitado, será cobrada a mensalidade do mês na sua totalidade. Não serão restituídos quaisquer pagamentos anuais já efetuados.

13. Alterações ao presente contrato deverão ser aprovadas por ambas as partes, e passarão a constar do processo individual da criança.

14. Nos termos da legislação em vigor cumpre ao primeiro outorgante informar o segundo outorgante sempre que verifiquem alterações ao regulamento interno com antecedência mínima de 30 dias relativamente à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do direito à resolução do contrato ao segundo outorgante assiste.

15. O presente contrato será considerado nulo caso se verifiquem falsas declarações relativas à situação sócioeconómica do agregado familiar.

16. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervém diretamente no processo da criança.

17. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do **Regulamento Interno da Resposta Social de Creche**, que se considera aqui reproduzido e lhe foi entregue, o qual ambas as partes se comprometem a cumprir.

18. Considera-se aqui como reproduzido a folha "Situação Socioeconómica", com o cálculo especificado da mensalidade, devidamente aceite, datado e assinado pelo Encarregado de Educação ou quem detenha as responsabilidades parentais, constituindo a mesma, anexo ao presente contrato, assim como futuras

alterações do cálculo, sem necessidade de alteração deste.

19. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo competente.

20. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.

21. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: cniacc@unl.pt e disponível na página www.arbitragemdeconsumo.org.

22. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o Encarregado de Educação.

Depois de lido, explicado e aceite o presente contrato e o Regulamento Interno da Creche, comprometem-se as partes a respeitar o seu conteúdo.

Pinhal Novo, ____ de ____ de ____.

Assinatura do Encarregado de Educação

A Administradora Executiva
